

# Em busca da articulação com Sarney

por Zanoni Antunes  
de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães está convencido, depois da conversa que manteve com o presidente Sarney no último fim de semana, que o seu partido ingressou numa nova fase de relacionamento com o governo. Ulysses afastou a possibilidade da criação de blocos partidários de apoio ao governo Sarney — que estimulariam ainda mais a divisão do PMDB —, e avocou para si a tarefa de que o partido não deve ter somente um interlocutor junto ao planalto, no caso o líder do governo Carlos Sant'Anna. Ulysses derrotou Sant'Anna na convenção do PMDB, há duas semanas.

A estratégia do presidente do PMDB é envolver as demais lideranças do partido (Luiz Henrique, líder da

câmara, Fernando Henrique Cardoso, líder do Senado, e Mário Covas, líder na Constituinte), na "costura" de um acordo com Sarney e o PFL que possibilite sustentação política ao governo tendo como base um PMDB unido. "O governo tem que se entender com o PMDB como um todo", definiu o líder Luiz Henrique. O objetivo é esvaziar ainda mais a posição de Sant'Anna como líder do governo.

Em sua conversa com o presidente José Sarney, neste último fim de semana, Ulysses discorreu longamente de que um governo só se sustenta através de partidos e, no caso do PMDB, através de sua força estruturada, do seu passado e lutas e do apoio de vinte e dois governadores. Ulysses disse ao presidente que o apoio do PMDB, aliado ao Partido da Frente Li-

beral (PFL), é suficiente para a sustentação política ao governo. Luiz Henrique revelou que essa sustentação seria através da melhora da relação com o governo.

Ao reconhecer que houve "uma sucessão de equívocos e erros de avaliação", Luiz Henrique enfatizou, contudo, que uma nova fase na relação entre o partido que dá sustentação política e o governo "só funcionará quando houver muita confiança".

Como marco divisor dessa nova fase, o líder do PMDB na Câmara assinala que a avaliação do resultado da convenção do PMDB, realizada há duas semanas, facilitará a articulação entre o governo e o partido. Para ele, duas lições ficaram da convenção. A primeira é que a convenção chamou o PMDB para o en-

tendimento. A segunda, prosseguiu, é de ter demonstrado que a questão da duração do mandato do presidente José Sarney é importante, mas não é primordial.

A dificuldade no momento está na reaproximação entre Ulysses Guimarães e Mário Covas, cujo relacionamento ficou abalado depois da convenção. Covas ficou aborrecido por causa de um almoço, na terça-feira seguinte à convenção, que Ulysses ofereceu em sua residência. Neste almoço, o presidente do PMDB delegou tarefas a alguns pemedebistas específicos de sua área de atuação na Constituinte. Ontem, porém, Covas disse que não era empecilho na melhora das relações entre o seu partido e o governo, "no que eu puder ajudar, ajudarei", afirmou.

## Ulysses tenta acordo com Maciel

por Andrew Greenlees  
de Brasília

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, iniciou articulações para reviver a Aliança Democrática (acordo entre seu partido e o PFL) no âmbito da Constituinte. A Aliança enfrenta profundas divergências internas quanto a seu relacionamento com o governo federal — o que deverá inviabilizar a discussão do mandato presidencial — mas seus principais dirigentes consideram possível um entendimento nos demais pontos polêmicos.

"Vamos ver se conseguimos o maior entendimento dentro do PMDB e fora", comentou ontem o deputado Ulysses Guimarães, pouco antes de reunir-se com os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, líderes da

corrente "progressista" do PMDB e, depois, com o presidente do PFL, senador Marco Maciel.

"Se estamos coligados, devemos nos entender", disse Marco Maciel, após reunir-se com Ulysses. "Devemos buscar a redução do nível de atritos entre os dois partidos, sem que eles percam suas identidades", acrescentou Maciel.

O passo seguinte, segundo o próprio Ulysses, será "ampliar os contatos e colaborar com o relator Bernardo Cabral". Marco Maciel sorriu ao ser perguntado se estaria em fase embrionária um substitutivo (texto constitucional) a ser apresentado pela Aliança Democrática. "O PMDB e o PFL são os partidos com responsabilidades maiores na Constituinte", limitou-se a dizer. "A negociação tem que começar pelos dois grandes", salienta, por sua

vez, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli.

A idéia é garantir a articulação da Aliança Democrática e depois abrir os contatos com outros partidos. "Buscamos um acordo pluripartidário para que a tramitação da Constituinte reflita os partidos com representação no Congresso", diz Ulysses Guimarães.

Mas quando o eixo das discussões desloca-se dos temas polêmicos da Constituinte para o apoio ao governo José Sarney, tornam-se menores as possibilidades de revitalizar a Aliança Democrática, às vezes com divisões internas, tanto no PMDB quanto no PFL. "Se estivermos unidos, a Aliança Democrática tem condições de dar bom apoio ao governo", acredita Marco Maciel.

Os cálculos do líder do

governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, mostram que a condicional usada por Marco Maciel é correta. Para Sant'Anna, o governo tem cerca de 250 votos dos 435 que somam PMDB e PFL no Congresso. Para aprovar uma matéria, no entanto, são necessários 280 votos e, para compensar possíveis ausências, o número "garantido" passa a ser cerca de 300.

Esses números poderão ser testados nas próximas semanas caso a mesa diretora da Constituinte decida aprovar o projeto apresentado ontem pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB paulista, propondo eleições presidenciais em 1988. O deputado conseguiu 188 das 188 assinaturas necessárias e, agora, aguarda o pronunciamento do deputado Ulysses Guimarães.

## PFL briga para aumentar seu espaço

por Riomar Trindade  
do Rio

O PFL quer, realmente, ocupar um espaço maior no governo do presidente José Sarney e até imagina-se com esse direito, mas a direção nacional do partido não encaminhará o assunto através do noticiário da imprensa. Na retórica do senador Marco Maciel, presidente do partido, e do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, presidente de honra do PFL, a ocupação de cargos no governo é "uma questão secundária" diante dos desafios a enfrentar para superar, por exemplo, a crise econômica.

Nos últimos dois dias, no Rio, tanto Marco Maciel quanto Aureliano Chaves adotaram a postura, nos contatos com a imprensa, de assumir a dianteira nos debates sobre as questões nacionais, deixando para o deputado José Lourenço, líder do partido na Câmara, a tarefa de cobrar de Sarney maior participação no governo, mediante acusações ao PMDB, parceiro do PFL na Aliança Democrática. Segunda-feira, Maciel preferiu não res-

ponder ao ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, que chamou o PFL de "partido clientelista, acostumado às benesses públicas", em resposta a José Lourenço, que pedira a sua demissão.

"Não li a declaração e prefiro não acreditar que o ministro Raphael de Almeida Magalhães tenha falado isso. Não faz jus nem à experiência nem à inteligência do ministro Raphael", disse, conciliador, Aureliano Chaves, em entrevista coletiva, após conferência na Escola Superior de Guerra (ESG). Mas diante da insistência dos jornalistas, Aureliano não resistiu a uma leve estocada: "Os ministros de Estado têm que atender à Aliança Democrática, não podem ser sectários e atender à cada partido político".

Embora tenha atribuído maior parcela de responsabilidade ao PMDB — lembrou, por exemplo, que o ex-ministro e o atual ministro da Fazenda foram indicados por esse partido —, Aureliano definiu o papel do PFL no governo como o de "um co-participante solidário".

### "Aliança é necessária"

O ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, condenou ontem a exclusividade pretendida pelo PMDB no preenchimento dos cargos disponíveis na administração federal. "O atendimento político da parte do governo e da parte das lideranças e personalidades que fazem as indicações deve ser exercido por critérios suprapartidários, de forma a privilegiar sempre a competência", disse ele, à agência Globo, em São José dos Campos (SP), após considerar que, em muitos casos, estão sendo feitos indicações que não estão à altura dos cargos.

O ministro recusou-se a es-

pecificar essas indicações ressaltando que estava indicando uma regra geral que pode ser aplicada a várias situações particulares. Para Antonio Carlos Magalhães, os critérios de que falou podem até ajudar na composição de forças políticas que possam garantir maior base de apoio para o presidente José Sarney. "A Aliança Democrática é necessária — afirmou — como suporte político para o governo, mas os demais partidos não devem ser esquecidos no atendimento político do governo e é natural e democrático que o governo também procure outros partidos para ampliar suas bases.

Na visão de Aureliano, o PFL apóia o Plano Bresser porque julga que esse programa, "com medidas sensatas", pode levar o País a encontrar soluções adequadas para seus problemas.

Aureliano Chaves acha que esse entendimento para resolver as questões econômicas pode também ser

transferido para o âmbito da Assembléia Nacional Constituinte, com o objetivo de superar as divergências. "O anteprojeto da Comissão de Sistematização, apesar do esforço do relator Bernardo Cabral, não é aceitável, pois está longe de refletir esse sentimento médio", disse o ministro.

## A disputa interna pelos cargos

"Se botarem na Sudene uma pessoa do PFL com quem eu não tenha diálogo, saio do partido imediatamente", ameaçou ontem, no Recife, o ex-governador Roberto Magalhães, candidato derrotado ao Senado, no ano passado, ao ser informado de que o Palácio do Planalto já teria encontrado a fórmula para pacificar o relacionamento daquele órgão com o Ministério do Interior: deslocaria o superintendente Doracy Sampaio para a direção da Caixa Econômica e para o lugar dele indicaria um representante do PFL.

"Não aceito cargos no atual governo por hipótese nenhuma. Mas também não aceito que o meu partido indique para a Sudene uma pessoa que me seja hostil", afirmou Roberto Magalhães à AG.

Ele estaria referindo-se ao secretário geral do Ministério do Interior, Everardo Maciel, que seria o candidato do ministro Joaquim Francisco e do próprio senador Marco Maciel para o lugar de Doracy. Everardo é sobrinho de Marco Maciel.

Ele foi secretário da Fazenda do governo Marco

Maciel e — por apenas dois meses — secretário de Educação do governo Roberto Magalhães. Exonerado do cargo de maneira não convencional (soube pelos jornais), desde então ele se distanciou de Roberto Magalhães.

Em Natal, informa a Agência Globo, a ação do presidente regional do PFL, ex-governador Tarcísio Maia, que estaria vetando nomes do Rio Grande do Norte para a presidência e diretorias da Companhia Nacional de Alcalis, poderá redundar em problemas para o partido,

que já não anda bem Rio Grande do Norte.

Tarcísio Maia está sendo responsabilizado pelas demissões de Fernando Freire — irmão de deputado Jessé Freire (PFL) — e Ricardo Faria, dois nomes do estado que estavam na direção da Alcalis.

O deputado Robinson Faria (PMDB), que preside na Assembléia Legislativa uma comissão especial que trata da reativação da Alcalis — disse ontem que Tarcísio Maia estava cometendo um ato de traição ao Rio Grande do Norte.